



Audiência Pública

Demonstração e avaliação do
cumprimento das Metas Fiscais

1º Quadrimestre de 2023

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

1º QUADRIMESTRE DE 2023

- Em cumprimento ao Art. 9, § 4º, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, encaminhamos a demonstração do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2022.
- Com relação ao Art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00, que cita:

“A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.”

PAUTA

1. Resultado Orçamentário - Detalhamento da Receita e da Despesa
2. Educação e Saúde
3. Despesa de Pessoal
4. Dívida Consolidada
5. Resultado Primário e Nominal

A close-up photograph of a black calculator with a gold-colored display and keypad, resting on a white document. The document contains a list of numbers, including 73 967, 4 029, 1 296 731, 1 859 317, 2 499 808, 3 227 076, 4 050 935, and R 28 331. A silver pen is visible in the background. An orange rectangular box is overlaid on the center of the image, containing the text 'Contabilidade e Orçamento' in white.

Contabilidade e Orçamento

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Orçamentárias

RECEITAS	2023	
	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas
		Até o 1º Quadrimestre
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	R\$ 1.871.522.993,57	R\$ 450.079.624,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	R\$ 85.669.557,00	R\$ 25.926.823,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	R\$ 1.957.192.550,57	R\$ 476.006.447,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/FINANCIAMENTO (IV)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = III + IV	R\$ 1.957.192.550,57	R\$ 476.006.447,63

Fonte: (Siconfi) RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesas Orçamentárias				
	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 1º Quadrimestre	Até o 1º Quadrimestre
DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS)	R\$ 1.928.559.700,49	R\$ 745.061.347,93	R\$ 417.317.193,18	R\$ 369.422.777,14
DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.506.507.479,73	R\$ 641.174.017,15	R\$ 391.110.761,38	R\$ 345.991.307,71
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 324.691.608,19	R\$ 103.887.330,78	R\$ 26.206.431,80	R\$ 23.431.469,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 97.360.612,57			
DESPESAS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS)	R\$ 77.742.544,01	R\$ 21.246.655,56	R\$ 21.030.109,16	R\$ 16.034.273,85
SUBTOTAL DAS DESPESAS	R\$ 2.006.302.244,50	R\$ 766.308.003,49	R\$ 438.347.302,34	R\$ 385.457.050,99
SUPERÁVIT (XIII)			R\$ 37.659.145,29	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV)	R\$ 2.006.302.244,50	R\$ 766.308.003,49	R\$ 476.006.447,63	R\$ 385.457.050,99

Fonte: (Siconfi) RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

RECEITAS PRIMÁRIAS

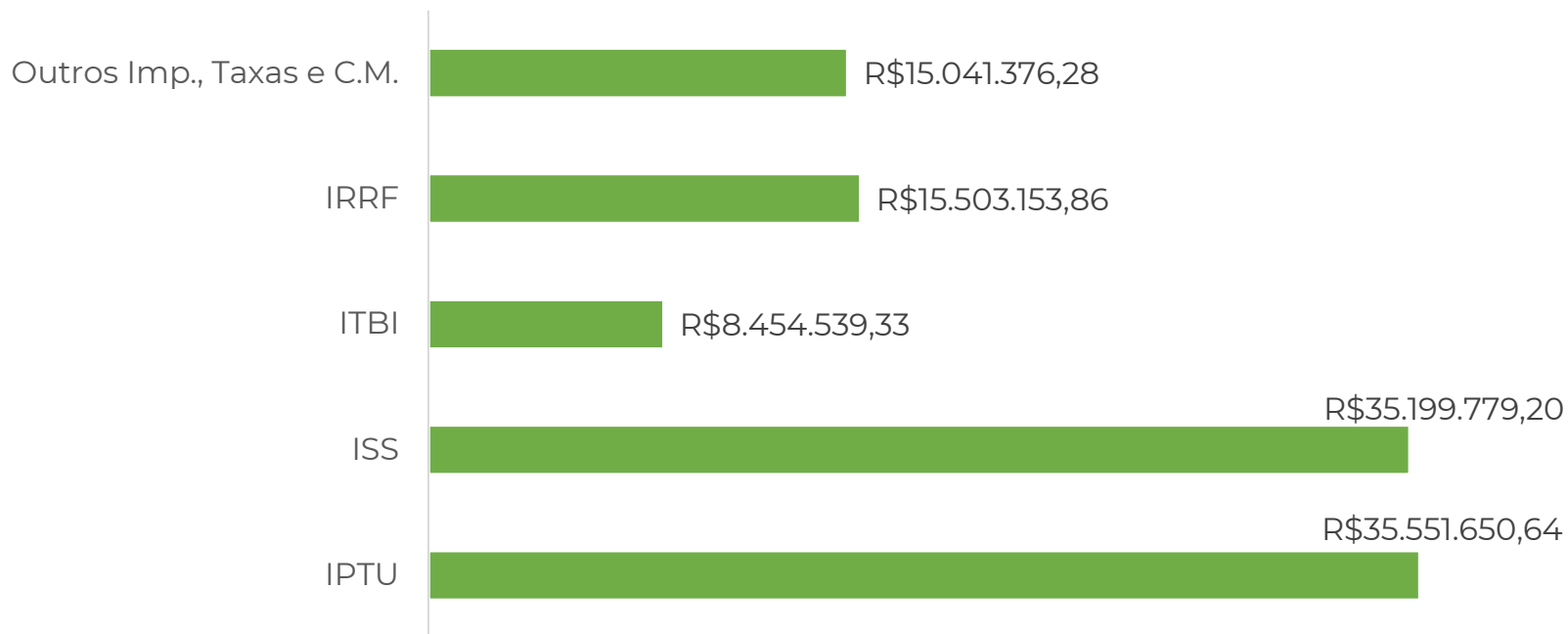
Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada
	Até o 1º Quadrimestre	
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$ 1.633.682.871,02	R\$ 423.215.363,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 636.617.164,04	R\$ 109.750.499,31
IPTU	R\$ 385.414.839,02	R\$ 35.551.650,64
ISS	R\$ 123.858.306,99	R\$ 35.199.779,20
ITBI	R\$ 29.696.967,79	R\$ 8.454.539,33
IRRF	R\$ 46.496.657,17	R\$ 15.503.153,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 51.150.393,07	R\$ 15.041.376,28
Contribuições	R\$ 14.400.000,00	R\$ 4.218.240,28
Receita Patrimonial	R\$ 4.605.088,47	R\$ 7.984.472,02
Aplicações Financeiras	R\$ 2.274.688,47	R\$ 7.299.816,70
Outras Receitas Patrimoniais	R\$ 2.330.400,00	R\$ 684.655,32

Fonte: (Siconfi) RREO-Anexo 06 |
Tabela 6.3 - Demonstrativo dos
Resultados Primário e Nominal -
Municípios

RECEITAS PRIMÁRIAS

■ Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Receita realizada até o 1º Quadrimestre de 2023



RECEITAS PRIMÁRIAS

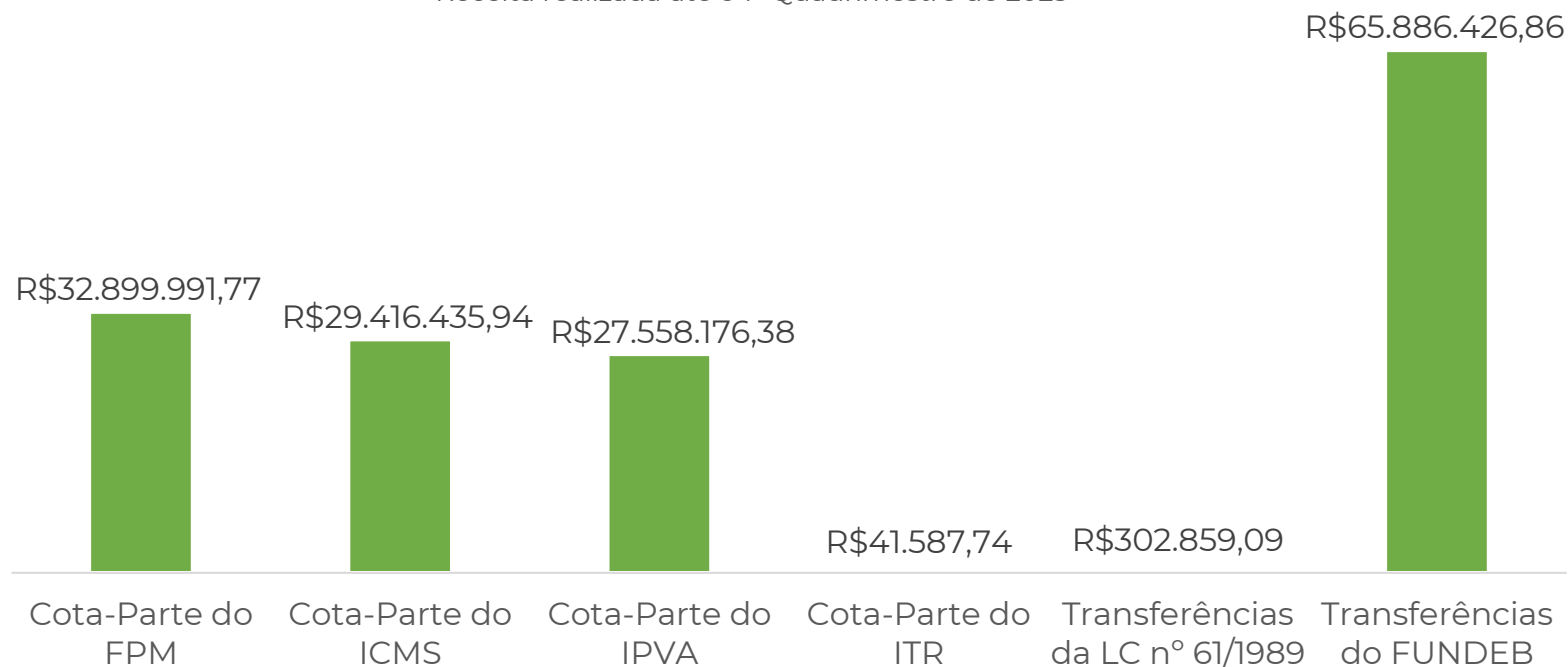
Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada
	Até o 1º Quadrimestre	
Transferências Correntes	R\$ 753.642.233,19	R\$ 238.584.016,32
Cota-Parte do FPM	R\$ 116.805.152,98	R\$ 32.899.991,77
Cota-Parte do ICMS	R\$ 116.680.980,90	R\$ 29.416.435,94
Cota-Parte do IPVA	R\$ 55.272.630,60	R\$ 27.558.176,38
Cota-Parte do ITR	R\$ 333.534,18	R\$ 41.587,74
Transferências da LC nº 87/1996		
Transferências da LC nº 61/1989	R\$ 1.554.622,30	R\$ 302.859,09
Transferências do FUNDEB	R\$ 209.838.594,71	R\$ 65.886.426,86
Outras Transferências Correntes	R\$ 253.156.717,52	R\$ 82.478.538,54
Demais Receitas Correntes	R\$ 224.418.385,32	R\$ 62.678.136,04
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	R\$ 224.418.385,32	R\$ 62.678.136,04
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I- II-III)	R\$ 1.631.408.182,55	R\$ 415.915.547,27
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	R\$ 139.945.104,00	R\$ 41.845.672,19
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	R\$ 20.065.000,00	R\$ 1.217.989,46

Fonte: (Siconfi) RREO-Anexo 06 |
Tabela 6.3 - Demonstrativo dos
Resultados Primário e Nominal -
Municípios

RECEITAS PRIMÁRIAS

■ Transferências Correntes

Receita realizada até o 1º Quadrimestre de 2023



RECEITAS PRIMÁRIAS

Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada
	Até o 1º Quadrimestre	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	R\$ 163.499.575,55	R\$ 9.727.422,01
Operações de Crédito (VIII)	R\$ 76.907.724,37	R\$ 1.842.506,78
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Receitas de Alienação de Bens		
Transferências de Capital	R\$ 86.591.851,18	R\$ 7.884.915,23
Convênios	R\$ 82.504.079,18	R\$ 4.388.807,41
Outras Transferências de Capital	R\$ 4.087.772,00	R\$ 3.496.107,82
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	R\$ 86.591.851,18	R\$ 7.884.915,23
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	R\$ 1.857.945.137,73	R\$ 465.646.134,69
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	R\$ 1.718.000.033,73	R\$ 423.800.462,50

Fonte: (Siconfi) RREO-Anexo 06 |
Tabela 6.3 - Demonstrativo dos
Resultados Primário e Nominal -
Municípios

DESPESAS PRIMÁRIAS

ATÉ O 1º QUADRIMESTRE				
Cálculo Acima da Linha	Dotação Atualizada	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar Não Processados Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	R\$ 1.424.978.421,74	R\$ 325.988.838,14	R\$ 57.591.236,17	R\$ 14.848.140,14
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 678.309.505,18	R\$ 162.293.074,67	R\$ 40.060.858,80	R\$ 10.855,78
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	R\$ 26.499.865,00	R\$ 8.049.545,76	R\$ 422,48	
Outras Despesas Correntes	R\$ 720.169.051,56	R\$ 155.646.217,71	R\$ 17.529.954,89	R\$ 14.837.284,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	R\$ 1.373.126.150,41	R\$ 1.108.081.164,01	R\$ 49.202.371,19	R\$ 13.472.888,52
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	R\$ 159.271.602,00	R\$ 36.036.743,42		
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)				

DESPESAS PRIMÁRIAS

ATÉ O 1º QUADRIMESTRE				
Cálculo Acima da Linha	Dotação Atualizada	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar Não Processados Pagos (c)
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	R\$ 324.391.608,19	R\$ 23.403.562,16	R\$ 4.205.505,35	R\$ 41.912.003,44
Investimentos	R\$ 272.690.608,19	R\$ 5.681.796,83	R\$ 4.205.505,35	R\$ 10.478.000,86
Inversões Financeiras	R\$ 1.101.000,00			R\$ 31.434.002,58
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)				R\$ 10.478.000,86
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)				R\$ 10.478.000,86
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)				R\$ 10.478.000,86
Demais Inversões Financeiras	R\$ 1.101.000,00			
Amortização da Dívida (XX)	R\$ 50.600.000,00	R\$ 17.721.765,33		

DESPESAS PRIMÁRIAS

ATÉ O 1º QUADRIMESTRE				
Cálculo Acima da Linha	Dotação Atualizada	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar Não Processados Pagos (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	R\$ 273.791.608,19	R\$ 5.681.796,83	R\$ 4.205.505,35	R\$ 10.478.000,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	R\$ 97.360.612,57			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	R\$ 300.000,00	R\$ 27.907,27	R\$ 52.009.957,13	R\$ 24.525.480,83
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	R\$ 1.929.202.379,50	R\$ 359.685.739,90	R\$ 61.796.319,04	R\$ 25.326.141,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	R\$ 1.769.630.777,50	R\$ 323.621.089,21	R\$ 61.796.319,04	R\$ 25.326.141,00

Fonte: (Siconfi) RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário é a diferença entre as receitas primárias realizadas (receitas orçamentárias, excluídas as receitas financeiras) e as despesas primárias pagas (despesas orçamentárias, excluídas as despesas financeiras) somadas com os restos a pagar pagos.

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc))	R\$ 13.056.913,25
Meta Fiscal para o Resultado Primário Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	- R\$ 249.686.390,97

Fonte: RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios (LRF, art. 53, inciso III)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Cálculo Resultado Nominal

	Em 31/12/2022 (a)	Até o Bimestre 2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	R\$ 672.056.600,01	R\$ 660.242.996,55
DEDUÇÕES (XL)	R\$ 217.902.222,02	R\$ 274.695.466,98
Disponibilidade de Caixa	R\$ 132.714.468,56	R\$ 170.409.835,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 250.214.576,31	R\$ 231.710.350,05
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	R\$ 105.738.765,14	R\$ 52.184.541,28
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 11.761.342,61	R\$ 9.115.973,04
Demais Haveres Financeiros	R\$ 85.187.753,46	R\$ 104.285.631,25
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	R\$ 454.154.377,99	R\$ 385.547.529,57

Fonte: RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios (LRF, art. 53, inciso III)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal apresenta a variação da dívida fiscal líquida em determinado período, ou seja, a evolução da dívida.

Demonstra a necessidade ou não de empréstimos do setor público junto a terceiros para cobrir as suas despesas.

Corresponde ao Resultado Primário somados os Juros Ativos e deduzidos os Juros Passivos.

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	R\$ 68.606.848,42
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NA LDO Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	R\$ -44.127.210,81

Fonte: RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios (LRF, art. 53, inciso III)

GASTOS COM SAÚDE

APLICAÇÃO EM SAÚDE DE ACORDO COM A EC N° 29/2000

GASTOS COM SAÚDE

APLICAÇÃO EM SAÚDE DE ACORDO COM A EC N° 29/2000

Despesas com Saúde – 1º Quadrimestre – 2023

Função/Sub-função	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas até o 1º Quadrimestre	Despesa Liquidada até o 1º Quadrimestre
Atenção Básica	R\$ 92.310.279,85	R\$ 30.955.331,51	R\$ 25.074.425,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 247.400.559,41	R\$ 186.747.103,61	R\$ 63.247.942,71
Suporte Profilático e Terapêutico	R\$ 6.274.808,00	R\$ 1.747.088,18	R\$ 26.482,24
Vigilância Sanitária	R\$ 3.305.944,00	R\$ 464.498,55	R\$ 398.616,53
Vigilância Epidemiológica	R\$ 11.736.678,00	R\$ 3.809.065,20	R\$ 3.510.779,62
FU10 - Administração Geral	R\$ 22.298.373,66	R\$ 5.887.411,69	R\$ 4.554.717,79
Saúde	R\$ 383.326.642,92	R\$ 229.610.498,74	R\$ 96.812.964,68

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS

Gastos Constitucionais com Saúde	Valor Aplicado	% da Aplicação	Valor Aplicado Superior ao Obrigatório
1º QUADRIMESTRE – 2023	R\$ 32.334.097,99	15,58%	R\$ 1.211.657,52

Fonte: SIAPC - 3.5.3 e RREO - Anexo 14

OBSERVAÇÃO: De acordo com o artigo 77, II, da Emenda Constitucional nº 29/2000, os municípios terão que aplicar 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, no exercício financeiro.

O limite Constitucional em Saúde é 15% da receita ajustada, que corresponde a de **R\$31.122.440,47** entretanto até o 1º Quadrimestre de 2023 o Município de Pelotas aplicou **15,58%**, que equivale a um valor superior ao limite mínimo que será ilustrado na próxima figura.

GASTOS COM SAÚDE

APLICAÇÃO EM SAÚDE DE ACORDO COM A EC N° 29/2000

Gasto Mínimo Constitucional
(15% da Receita Ajustada)

R\$ 31.122.440,47

Gastos Constitucionais com
Saúde (ASPS) 15,58%

R\$ 32.334.097,99

Gastos com Saúde que
superam o valor mínimo
Pagos com recurso próprio

R\$ 1.211.657,52

Fonte: SIAPC RVE (3.5.1) e RREO - Anexo 14

GASTOS COM EDUCAÇÃO

APLICAÇÃO DE ACORDO COM A CF/88 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL



GASTOS COM EDUCAÇÃO

APLICAÇÃO DE ACORDO COM A CF/88 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2023

Despesas com Educação - 1º Quadrimestre – 2023

Função/Sub-função	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas no Quadrimestre	Despesas Liquidadas no Quadrimestre
Ensino Fundamental	R\$ 244.913.597,57	R\$ 83.604.339,19	R\$ 68.286.192,87
Ensino Médio	R\$ 5.337.283,48	R\$ 2.104.193,44	R\$ 978.169,54
Educação Infantil	R\$ 101.035.881,29	R\$ 29.192.614,88	R\$ 21.073.976,64
Educação de Jovens e Adultos	R\$ 6.549.608,39	R\$ 764.897,50	R\$ 682.846,88
Educação Especial	R\$ 10.551.174,68	R\$ 4.123.257,09	R\$ 2.360.393,45
FU12 - Administração Geral	R\$ 11.514.485,20	R\$ 5.308.442,85	R\$ 2.711.209,41
FU12 - Demais Subfunções	R\$ 7.220.558,88	R\$ 173.374,31	R\$ 166.024,31
Total Educação	R\$ 387.122.589,49	R\$ 125.271.119,26	R\$ 96.258.813,10

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB + MDE

GASTOS CONSTITUCIONAIS COM EDUCAÇÃO (MDE + FUNDEB)	VALOR APLICADO	% DA APLICAÇÃO
1º QUADRIMESTRE – 2023	R\$ 61.761.790,56	29,77%

Fonte: SIAPC RVE (3.2.1) e RREO - Anexo 14

Observação: O Limite Constitucional Anual Mínimo a Aplicar no Exercício em Educação é **25%**, que corresponderia a R\$ 51.870.734,12, desta forma, até o 1º Quadrimestre de 2023, o Município de Pelotas aplicou **29,77%**, cumprindo o limite de aplicação.

Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB)

Gasto Mínimo Constitucional
(25% da Receita Ajustada)

R\$ 51.870.734,12

Gastos Constitucionais com
Educação (MDE + FUNDEB)
29,77%

R\$ 61.761.790,56

Gastos com Educação que
superam o valor mínimo
Pagos com recurso próprio

R\$ 9.891.056,44

Fonte: SIAPC RVE (3.2.1) e RREO - Anexo 14

GASTOS COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO

Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2023

Descrição	1º Quadrimestre	%
	R\$	
ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 56.609.440,47	
EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 14.698.452,65	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 672.515,98	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R\$ 711.872,28	
RECURSOS APLICADOS NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	R\$ 72.692.281,38	109,64%
Limite Mínimo	R\$ 46.409.118,21	70%

Fonte: SIAPC RVE (3.3.4.1 e 3.3.4.2)

Observação: o Município de Pelotas, até o 1º quadrimestre de 2023, aplicou **109,64 % dos recursos recebidos a título de FUNDEB** no pagamento dos **Professores no efetivo exercício do magistério**. O limite mínimo que é necessário gastar é de 70%, o que corresponde a R\$ 46.409.118,21, portanto foi cumprida a aplicação mínima exigida pela legislação

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DE ACORDO COM A LRF

EXERCÍCIO 2023	Receita Corrente Líquida (RCL)
PREVISÃO ATUALIZADA	R\$ 1.624.892.871,02
TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) 1º Quadrimestre	R\$ 1.280.939.601,19

Fonte: RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

OBS: Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita Corrente Líquida é determinada pela soma das receitas dos 12 últimos meses do ente, no caso de Pelotas, compreendida a Administração Direta, SANEP e o PREVPEL, e é calculada a cada quadrimestre.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Lei Complementar nº 101/00

ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2023 – Administração Direta e Indireta

Evolução da Dívida Consolidada Líquida

LRF, art.48 – Anexo VII

Descrição	Valor	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – ÚLTIMOS 12 MESES	R\$ 1.280.939.601,19	
Dívida Consolidada Líquida	R\$ 390.132.414,62	30,46%
a) Limite para Emissão de Alerta - LRF, inciso III do § 1º do art. 59	R\$ 1.383.414.769,29	108%
b) Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º	R\$ 1.537.127.521,43	120,00%

Fonte: RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0

OBS: A Resolução do Senado Federal nº 40/2001 e a Lei Complementar nº 101/00, determinam que a Dívida Consolidada Líquida seja o resultado da Dívida de Longo Prazo da Administração Direta, SANEP e PREVPEL, seu resultado é calculado a cada quadrimestre.

Demonstrativo das Operações de Crédito

(Lei Complementar nº 101/00)

Apuração de Cumprimento dos Limites

ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2023	Valor	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	R\$ 1.280.939.601,19	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	R\$ 1.842.506,78	0,14%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	R\$ 204.950.336,19	16,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 89.665.772,08	7,00%



DESPESA COM PESSOAL

APLICAÇÃO DE ACORDO COM A LC 101/00
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Lei Complementar nº 101/00)

- Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com:



OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Lei Complementar nº 101/00)

- Quaisquer espécies remuneratórias, tais como:

Vencimentos	Vantagens, fixas e variáveis	Subsídios	Proventos da aposentadoria
Reformas	Pensões	Adicionais	Gratificações
Horas extras	Vantagens pessoais de qualquer natureza	Encargos sociais	Contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(Lei Complementar nº 101/00)

- § 1o Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- Exemplos no Executivo:

SERSUL LIMPEZA E
PRESTACAO DE
SERVICOS LTDA

CAROLDO
PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS EIRELI

INSTITUTO
BRASILEIRO DE
SAÚDE, ENSINO,
PESQUISA E
EXTENSÃO

ORBENK
ADMINISTRACAO E
SERVICOS LTDA

FLORIPA
TERCEIRIZADOS
EIRELI

GELDSON NUNES
SILVEIRA

OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Lei Complementar nº 101/00)

- § 1o Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- Exemplos no Executivo:

ASSOCIACAO ESCOLA LOUIS BRAILLE	ESCOLA ESPECIAL PROFESSOR ALFREDO DUB	INSTITUTO SAO BENEDITO	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PELOTAS	SOCIEDADE ESPIRITA ASSISTENCIAL DONA CONCEICAO	INSTITUTO LAR DE JESUS
CASA DE SANTO ANTONIO DO MENOR	CASA DA CRIANCA SAO FRANCISCO DE PAULA	CENTRO DE REABILITACAO DE PELOTAS	INSTITUTO ESPIRITA NOSSO LAR	ABELUPE ASSOCIACAO BENEFICENTE LUTERANA DE PELOTAS	MITRA DIOCESANA DE PELOTAS

OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(Lei Complementar nº 101/00)

- § 1o Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- Exemplos no SANEP:

FERNANDES
GESTAO E
NEGOCIOS
EMPRESARIAIS
LTDA

DAIANA HENNES
VIEIRA ALIMENTOS

PAVIPEL
COMERCIO,
TRANSPORTE,
SERVIÇOS EM
OBRAS LTDA

F. IMM BRASIL
LTDA

HUMBERTO A.
CARCERERI

EBS Empresa
Brasileira de
Saneamento Ltda

VERSA
ENGENHARIA
AMBIENTAL LTDA

MEIOESTE
AMBIENTAL LTDA

ONZEURB
TRANSPORTES
EIRELI

ABORGAMA DO
BRASIL LTDA

OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Lei Complementar nº 101/00)

- Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
- III - na esfera municipal:
- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Lei Complementar nº 101/00 - Administração Direta e Indireta

Despesa com Pessoal 1º Quadrimestre - 2023	Total (Últimos 12 meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 787.710.780,53
Pessoal Ativo	R\$ 594.949.631,88
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 503.511.011,72
Obrigações Patronais	R\$ 91.438.620,16
Benefícios Previdenciários	
Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 134.831.993,75
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 119.601.231,75
Pensões	R\$ 15.230.762,00
Outros Benefícios Previdenciários	
" Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	R\$ 57.929.154,90
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	R\$ 103.576.169,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 7.545.348,07
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	R\$ 39.748.852,28
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 56.281.969,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (IIIa) = (I - II)	R\$ 684.134.611,06
" Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização - INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IIIb)	R\$ 2.505.367,48
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	R\$ 686.639.978,54

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(Lei Complementar nº 101/00)

Descrição	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	R\$ 1.280.939.601,19
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) 0,00	R\$ 0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	R\$ 1.280.939.601,19
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	(-)R\$ 2.286.312,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1.278.653.289,19

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Lei Complementar nº 101/00)

LRF, art.48 – Anexo VII

Descrição	Valor	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1.278.653.289,19	
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – DTP	R\$ 686.639.978,54	53,70%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	R\$ 690.472.776,16	54,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) – (95%)	R\$ 655.949.137,35	51,30%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – (90%)	R\$ 621.425.498,54	48,60%

Fonte: RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0

OBS: De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a Despesa total Líquida com Pessoal é determinada pelas despesas dos 12 últimos meses da Administração Direta, SANEP e PREVPEL.

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(Lei Complementar nº 101/00)

Total da Despesa com Pessoal
para fins de apuração do
Limite – DTP
[53,7%]

R\$ 686.639.978,54

Limite Máximo (incisos I, II e III,
art. 20 da LRF)
[54%]

R\$ 690.472.776,16

Valor que falta para
ultrapassar o limite máximo

R\$ 3.832.797,63

Fonte: RGF – Anexo 01

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(Lei Complementar nº 101/00)

- Art. 169 C.F.
- § 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- **I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- **II - exoneração dos servidores não estáveis.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- § 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, **o servidor estável poderá perder o cargo**, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- § 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- § 6º **O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto**, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)]

DESPESA COM PESSOAL DE ACORDO COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Lei Complementar nº 101/00

- § 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 **não poderá:** (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)
- I - receber transferências voluntárias;
- II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ÍTENS	1º Quadrimestre - 2023
Repasse Duodécimo Câmara Municipal	R\$ 10.725.945,47
Cobertura do Déficit Previdenciário - PREVPEL	R\$ 25.721.698,12

Fonte: Publicação Resumo da Execução Orçamentária (Art. 106 – Lei Orgânica)

PRECATÓRIOS

DESPESAS COM PRECATÓRIOS

	PROJEÇÃO	TOTAL ATÉ O 1º QUADRIMESTRE
PRECATÓRIOS - 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	R\$ 59.000.000,00	R\$ 13.597.922,91
PRECATÓRIOS - 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais - pós 05/05/2020	R\$ 16.000.000,00	R\$ 3.355.458,80
PRECATÓRIOS - 3.3.90.91.00 - Precatórios pós 2000		R\$ 2.144.496,08
PRECATÓRIOS - 3.3.90.91.00 - Precatórios a partir 05/05/2020		
RPVS		R\$ 664.020,16
Honorários		R\$ 190.539,11
Custas		R\$ 16.340,24
Depósito judicial (bloqueio de valor)		R\$ 51.116,76
TOTAL	R\$ 75.000.000,00	R\$ 20.019,894,06

Fonte: Execução da Despesa Orçamentária (01 a 04/2023)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

- Para o planejamento e execução orçamentária do exercício, em função da necessidade de planejamento mensal, (LC 101, art. 8º), as metas foram desdobradas mensalmente e seguem demonstradas, para efeitos de avaliação, em metas quadrimestrais:
- O 1º quadrimestre, objeto desta demonstração e avaliação, obteve a seguinte realização em comparação com o planejamento e projeção para o exercício:

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

- **Resultado Primário:** O resultado primário representa as receitas e as despesas primárias (+) superávits primários, que não são direcionadas para o pagamento dos serviços da dívida e que contribuem para a redução do estoque da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários (-), indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos financeiros que ultrapassaram as receitas não financeiras.
- **Resultado Nominal:** O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre de referência e ao final do quadrimestre anterior. No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do último quadrimestre de referência em 31 de dezembro do ano anterior.

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2023	
	Dotação Atualizada	Realizada no 1º Quadrimestre
Receita Total	R\$ 1.957.192.550,57	R\$ 476.006.447,63
Receita Primárias (I)	R\$ 1.718.000.033,73	R\$ 423.800.462,50
Despesa Total	R\$ 2.006.302.244,50	R\$ 385.457.050,99
Despesa Primárias (II)	R\$ 1.769.630.777,50	R\$ 323.621.089,21
Resultado Primário (III) = (I - II)		R\$ 13.056.913,25
Meta Fiscal do Resultado Primário - LDO	- R\$ 249.686.390,97	
Resultado Nominal (Abaixo da linha)		R\$ 68.606.848,42
Meta Fiscal do Resultado Nominal	- R\$ 44.127.210,81	
Dívida Consolidada Líquida		R\$ 390.132.414,62

Fonte: RGF - Anexo 02 e RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0

NOTAS EXPLICATIVAS

- A análise das projeções de cumprimento das metas fiscais até o 1º quadrimestre de 2023 em análise aponta, em relação ao cumprimento para o exercício:
- **O RESULTADO PRIMÁRIO** teve até o 1º Quadrimestre de 2023, um resultado apurado de **R\$13.056.913,25** demonstrando que o Município agiu com responsabilidade e obedeceu às normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e cumprindo com as metas exigidas pela LRF neste período, pois a projeção era um resultado negativo.
- **O RESULTADO NOMINAL** apresentou resultado apurado até o quadrimestre de **R\$68.606.848,42** que representam um controle com relação ao crescimento da Dívida Consolidada Líquida no período. O endividamento não apresentou acréscimo, com relação à meta, ou seja, o crescimento do endividamento foi menor do que o projetado até momento.

NOTAS EXPLICATIVAS

- O maior impacto nas contas municipais se deu pela redução de **arrecadação de ICMS**, que de Agosto de 2022 até Agosto de 2023 alcançará uma perda na casa dos R\$ 104 MILHÕES.
- As medidas compensatórias que o Governo do Estado propõe através da redução de pagamentos da dívida pública não chegam a R\$ 20 MILHÕES, sendo dividido em parcelas de aproximadamente R\$ 228 MIL em 2023 e de R\$ 278 MIL em 2024, conforme dados obtidos via FAMURS.

NOTAS EXPLICATIVAS

- Investimentos com recursos próprios foram feitos para manter o sistema de saúde em funcionamento, mantendo o gasto acima do mínimo Constitucional;
- Com relação aos gastos com educação, ressalta-se que o Município cumpre com o índice Constitucional da Educação, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação e consegue avançar na compensação dos valores não aportados durante a Pandemia de Covid-19 que totaliza até o final do ano um total de aproximadamente R\$ 30 MILHÕES além do mínimo Constitucional.

FONTES

- Os planos, leis de diretrizes orçamentárias - LDO e orçamentos - LOA;
- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO;
- Relatório de Gestão Fiscal – RGF
- Tribunal de Contas do Estado do RS (TCE-RS)
- Sistemas de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC

ACESSO ÀS FONTES

**SIAPC - Sistema de Informações
para Auditoria e Prestação de
Contas**



**SICONFI - Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais do Setor
Público Brasileiro**



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PREFEITA

Paula Schild Mascarenhas

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Cristian Marciano Kuster

DIRETOR DE CONTROLADORIA

Claudio Ivan Lopes Viana

CHEFE DO DEPTO. DE CONTABILIDADE

Luciano Martins Gomes

CONTADORAS

Alexandra Hafele de Oliveira

Juliana Lubke Evangelista Clauhs

Liziane Holz Buchweitz

Marilia Carvalho de Freitas

Silvia da Costa Tambara

Viviane da Silva Lemos

**OBRIGADO
PELA ATENÇÃO**